

Resumo da Revisão Ambiental e Social (ESRS)

Projeto Magalu – 15157-01

Idioma original do documento: Português
Data de emissão: Outubro de 2024

1. Informações gerais sobre o projeto e o escopo da Revisão Ambiental e Social do BID Invest

O Magazine Luiza (o “Magalu”, a “Companhia” ou o “Cliente”) é um varejista multicanal, com plataforma de vendas on line e lojas físicas, líder no Brasil em seu segmento. No âmbito dos seus planos de expansão, o Cliente solicitou financiamento direcionado para: (i) a modernização da plataforma online do Magazine Luiza, e (ii) o dimensionamento da infraestrutura digital do “Magalu Cloud”, projetada para facilitar a jornada digital das empresas brasileiras (o “Projeto”). Os investimentos consolidarão serviços digitais oferecidos na nuvem, que serão disponibilizados para uma extensa rede de micro e pequenas empresas que atuam como fornecedores de produtos e serviços no marketplace do Cliente.

A Devida Diligência Ambiental e Social (“DDAS”) do Projeto foi realizada mediante: i) reuniões virtuais e presenciais; uma visita a um Centro de Distribuição (“CD”), que representa as operações do Cliente; e iii) a verificação de documentos ambientais, sociais e de saúde e segurança da Companhia.

2. Classificação ambiental e social e justificativa

Em conformidade com a Política de Sustentabilidade Ambiental e Social do BID Invest, o projeto foi classificado na categoria B porque poderá gerar, entre outros, os seguintes impactos e riscos: i) geração de resíduos sólidos, inclusive produtos perigosos; ii) geração de efluentes sanitários; iii) interferências localizadas no tráfego de veículos; iv) acidentes laborais e com terceiros; e v) incêndios. Estima-se que esses impactos e riscos sejam de intensidade média a média-baixa.

Os Padrões de Desempenho (PS) acionados pelo projeto são: i) PS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais; ii) PS2: Condições de Emprego e Trabalho; iii) PS3: Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição e iv) PS4: Saúde e Segurança da Comunidade.

3. Contexto ambiental e social

3.1 Características gerais do local do projeto

O Cliente é uma empresa de grande porte do setor de varejo que possui três tipos básicos de infraestruturas, a saber: lojas, CDs e Estações de Cross Docking (ECD)¹. Atualmente conta com 1.246

¹ Estações de cross docking são centros de distribuição onde as mercadorias são recebidas, separadas e rapidamente enviadas aos seus destinos, sem a necessidade de armazenamento prolongado. Este sistema visa otimizar o fluxo de produtos, reduzindo o tempo de armazenagem e os custos operacionais.

lojas, 21 CDs e 165 ECDs. Esta infraestrutura está espalhada na maior parte do território brasileiro, abrangendo 21 estados e 3.800 municípios. As instalações do Cliente se localizam em áreas urbanas ou periurbanas.

Os CDs compreendem as instalações de maior porte (devido a que requerem áreas extensas para o armazenamento e distribuição das mercadorias), estão geralmente situados em distritos industriais ou comerciais nas periferias de grandes cidades. As lojas estão distribuídas em ruas e centros comerciais, assim como as ECDs.

3.2 Riscos contextuais

Os principais riscos contextuais identificados referem-se aos riscos de segurança e danos às instalações causados por eventos climáticos. As lojas, CDs e ECDs armazenam produtos com valor comercial e podem atrair ação de criminosos. O mesmo pode ocorrer durante o transporte dos produtos. Para evitar o uso excessivo da força, o Cliente preparará um Manual de Gestão do Pessoal da Segurança e treinará o pessoal da segurança nos Princípios Voluntários das Nações Unidas sobre segurança e direitos humanos.

Do ponto de vista climático, os principais riscos incluem a vulnerabilidade a inundações, tempestades severas e ondas de calor. O Cliente já está planejando algumas ações para controlar os riscos de ondas de calor e inundações e preparará um Plano de Gestão de Riscos e Impactos das Mudanças Climáticas visando identificar e tratar vulnerabilidades em suas instalações.

4. Riscos e impactos ambientais e medidas de mitigação e compensação propostas

4.1 Avaliação e gestão de riscos e impactos socioambientais

Em geral as atividades desenvolvidas pela Companhia não requerem Estudos de Impacto Ambiental e Social (“ESIA”). Neste sentido, o Cliente cumpre com os requisitos brasileiros do sistema de licenciamento ambiental e social, obtêm e mantém licenças ambientais de instalação, operação, outorgas de uso da água, dentre outras aplicáveis.

4.1.a Sistema de avaliação e gestão ambiental e social

O Cliente preparará e implementará um Sistema de Gestão Ambiental e Social (“SGAS”) para gerenciar efetivamente os riscos e impactos socioambientais do Projeto.

4.1.b Política

O Cliente possui uma Política de Sustentabilidade que passa por atualizações regulares. Esta é estruturada nos seguintes itens: i) objetivo; ii) termos e definições, iii) atribuições e responsabilidades; iv) diretrizes de sustentabilidade; v) disposições gerais; e vi) referências. Magalu revisará e alinhará essa política com os objetivos do SGAS.

4.1.c Identificação de riscos e impactos

Em cumprimento sua Política Corporativa de Saúde, Segurança do Trabalho e Meio Ambiente e da regulamentação específica do setor (Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho do Brasil), o Cliente conta com procedimentos de identificação e gerenciamento de riscos de saúde ocupacional.

No âmbito do SGAS, a identificação de riscos e impactos será ampliada considerando riscos e impactos ambientais e sociais. O Cliente também preparará um procedimento e matrizes de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais para os CDs. A partir dessas matrizes, Magalu desenvolverá ações e programas de controle e gestão de impactos socioambientais e implementará as medidas cabíveis. Uma matriz de requisitos legais também será preparada.

4.1.c.i Impactos e riscos diretos e indiretos

Durante as atividades de construção e operação de CDs, os principais riscos e impactos diretos previstos incluem, dentre outros: i) interferências com o tráfego; ii) a geração de ruídos; iii) alterações localizadas na qualidade do ar; iv) riscos de derrames de combustíveis; v) o aumento de acidentes com pessoal próprio, de empresas contratadas e com terceiros; vi) o aumento de possibilidade de incêndios; vii) possíveis conflitos com criminosos; viii) a geração de empregos; e ix) a potencialização da atividade econômica no entorno das instalações.

Os impactos indiretos incluem: i) a inclusão de redes de micro e pequenas empresas no comércio formal; ii) o aumento da capacidade financeira de pequenos e médios municípios mediante a geração de tributos; e iii) a geração de empregos indiretos mediante o fomento das cadeias logísticas, micro e pequenas empresas, empresas construtoras.

4.1.c.ii Análise de alternativas

As instalações do Cliente estão localizadas usualmente em áreas urbanas ou periurbanas, em zonas previamente designadas e aprovadas em Planos Diretores Municipais (“PDM”)² para o desenvolvimento de atividades comerciais e industriais: a lojas de diversos portes estão situadas em áreas comerciais das cidades; os CDs estão localizados em condomínios industriais ou comerciais organizados, situados próximos a rodovias com grande capacidade de circulação de veículos, visando facilitar o escoamento das entregas; e os ECDs, que são áreas de conexão logística e não possuem grande capacidade de armazenamento de produtos, estão normalmente situados nas zonas urbanas para otimizar a entrega dos produtos. Por esse motivo a construção da infraestrutura do Cliente não requer estudos de alternativas locais.

² Os Planos Diretores Municipais (“PDM”) são instrumentos legais fundamentais para a gestão do território de um município, que estabelecem a estratégia de desenvolvimento territorial, definindo políticas de uso do solo, ordenamento do território e urbanismo. O PDM orienta a ocupação e o desenvolvimento urbano, considerando interesses coletivos como a preservação ambiental, a memória histórica e as necessidades dos moradores.

4.1.c.iii Análise de impactos cumulativos

A legislação ambiental vigente no Brasil não requer a execução de avaliação de impactos cumulativos para este tipo de Projeto. Contudo, uma análise rápida mostrou que os impactos incrementais gerados por outros projetos passados, presentes e futuros serão não materiais.

4.1.c.iv Riscos de gênero

No Brasil, a igualdade de gênero foi consolidada pela Constituição de 1988, ao estabelecer que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, proibindo a diferença salarial, de exercício de função e de critério de contratação em virtude de sexo, estado civil, idade e cor. Contudo, ainda há desafios para alcançar essa equidade. Em 2024, o Brasil alcançou o 64º lugar em um estudo³ que mediu a igualdade de gênero em 139 países, mostrando que ainda há um longo caminho à frente para alcançar a igualdade de gênero no país. Nesse contexto o Cliente se destaca e é referência pelas ações em prol da igualdade de gênero e pelo combate conta a violência baseada no gênero.

Como marco no combate à violência de gênero, a Companhia criou, em agosto de 2020, o Fundo Magalu de Combate à Violência Contra a Mulher, para apoiar entidades dedicadas à causa. Até o momento, foram destinados 4,8 milhões de reais para projetos, abrangendo os editais de 2020 e 2023. O fundo atua em conjunto com outras iniciativas para fortalecer o sistema de apoio às vítimas de violência de gênero, com financiamento a organizações selecionadas para garantir um impacto contínuo por meio de seus projetos. Em 2023, o fundo destinou 2,2 milhões de reais para esse fim.

Em 2021, o Magalu reforçou sua atuação no combate à violência contra a mulher com a inclusão de um botão para denúncias no aplicativo de vendas. Os casos capturados pelo aplicativo são direcionados para o projeto Justiceiras, um programa que oferece suporte às vítimas em até 24 horas. A rede de apoio é multidisciplinar e composta de profissionais voluntárias de diversas áreas, como direito, psicologia, assistência social e medicina.

Além do combate à violência de gênero, o Magalu está comprometido em aumentar a representatividade feminina em posições de alta liderança. Para tanto, oferece treinamentos e programas de desenvolvimento profissional para mulheres. Estes incluem o Luiza Code⁴, bolsas de estudo para o desenvolvimento feminino na área de tecnologia da informação e programas de aceleração de carreira para mulheres. Atualmente o percentual de mulheres em posições de liderança está em 40,6% e o alvo para 2024 é 41,5%.

Além das ações descritas, o Cliente possui um Código de Ética e Conduta que veda a discriminação de qualquer natureza.

³ 2024 Gender Index. <https://equalmeasures2030.org/country-profiles/#latin-america-and-the-caribbean>.

⁴ O Luiza Code é um programa de formação em tecnologia exclusivo para mulheres, criado pelo Magalu. Desde seu lançamento, já ofereceu cerca de 450 bolsas em várias edições. O programa inclui aceleração em linguagens de programação, como Python, sessões de mentoria com o time do Luizalabs, e treinamentos para processos seletivos.

4.1.c.v Exposição às mudanças climáticas

As mudanças climáticas provavelmente aumentarão o risco e a gravidade da escassez de água e da seca na maior parte do Brasil, exceto na região centro-sul, de São Paulo ao sul, onde se espera maior precipitação. À medida que eventos de precipitação intensa se tornam mais frequentes, os riscos de inundações fluviais e repentinas aumentarão. A exposição a esses riscos dependerá das localizações específicas dos ativos.

O aumento das temperaturas e ondas de calor pode levar ao superaquecimento e ao aumento do consumo de energia do hardware das tecnologias de informação ("TI"). Por outro lado, inundações e outros eventos extremos podem causar danos físicos e perda de dados. Além disso, se a infraestrutura de rede externa for afetada, há o risco de quedas de energia e problemas de conectividade que podem interromper a operação normal dos sistemas de comércio eletrônico.

Desde 2021, o Magalu adota uma agenda dedicada aos riscos climáticos, alinhada às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures ("TCFD"). A Companhia monitora todos os riscos decorrentes das mudanças climáticas em suas operações e está constantemente se preparando para enfrentar esses desafios, ao mesmo tempo em que busca identificar e capitalizar oportunidades de negócios que possam surgir desse novo contexto.

O Cliente vê o aumento da temperatura média como o risco de maior impacto. Para não prejudicar a saúde e o bem-estar de funcionários e consumidores, a Companhia planeja aumentar os investimentos em sistemas de ar-condicionado. Para lidar com os riscos de inundações, o Cliente trabalhou na renovação e reparo de telhados e calhas e na implementação de comportas para reter água. Em relação ao gerenciamento de riscos de inundação para proteger a infraestrutura de TI, o Cliente estabeleceu que seus Data Centers devem atender aos Requisitos de Nível III do Uptime Institute⁵, que estabelece padrões globais para o projeto, construção e operação dessas instalações. O Nível III é um nível de certificação que determina que os Data Centers atendam aos requisitos de alta resiliência e alta disponibilidade.

Com base em uma análise conduzida de acordo com a Abordagem de Implementação do Alinhamento de Paris do Grupo BID (Documento GN-3142-1), a transação proposta é considerada alinhada com o Acordo de Paris.

4.1.d Programas de gestão

A partir da elaboração das matrizes de identificação de riscos e impactos socioambientais, o Cliente preparará programas, procedimentos e instruções para gerenciá-los, os quais serão incluídos no SGAS.

4.1.e Capacidade e competência organizacionais

O Cliente possui um time de sustentabilidade, vinculado à Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas. O time é formado por uma Diretora de Reputação e Sustentabilidade, que comanda: i) uma

⁵ <https://uptimeinstitute.com/>.

especialista em sustentabilidade; ii) uma coordenadora de sustentabilidade voltada à área social; iii) uma coordenadora de sustentabilidade voltada à área ambiental; iv) um coordenador de imprensa; v) três analistas de sustentabilidade, vi) uma estagiária; e vii) um jovem aprendiz.

A fim de fortalecer a capacidade organizacional necessária à implantação e operacionalização do SGAS, o Cliente terá um incremento de pessoas no time nos próximos anos.

4.1.f Preparação e resposta a emergências

O Cliente possui Planos de Ação de Emergência (“PAE”) direcionados ao preparo e resposta a incêndios. Os CDs possuem equipe de bombeiros civis e brigadistas aptos a acionar os sistemas de combate a incêndios. As instalações contam com sistemas de detecção e combate a incêndios, os quais são vistoriados e aprovados pelo Corpo de Bombeiros mediante a emissão dos certificados intitulados Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros (“AVCB”). O Cliente realiza simulados periódicos de evacuação, documenta a performance e avalia a eficiência dos procedimentos.

Para aumentar a abrangência dos PAE, o Cliente revisará os planos existentes para incluir cenários de acidentes com pessoal, derrame de produtos perigosos, impactos de inclemências climáticas, resposta a inundações e a acidentes com veículos. Também preparará PAE para as instalações novas e que não estão cobertas por esses planos.

4.1.g Monitoramento e análise

Auditorias periódicas do SGAS serão programadas e executadas para verificar a eficácia dos procedimentos de gestão dos riscos e impactos socioambientais. O Cliente preparará um procedimento específico para nortear essas auditorias.

4.1.h Engajamento das partes interessadas

4.1.h.i Análise das Partes Interessadas e Plano de Engajamento

O Cliente realiza o mapeamento de partes interessadas e comunica os resultados obtidos nos canais de recepção de queixas nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Companhia e no Formulário de Referência (“FRE”)⁶. Para aperfeiçoar o processo de engajamento com stakeholders e estreitar a comunicação com comunidades vizinhas à sua infraestrutura, o Magalu desenvolverá um Plano de Engajamento de Partes Interessadas.

4.1.i Comunicações externas e mecanismos de reclamações

O Magalu tem três linhas diretas para denúncias, todas confidenciais e disponíveis 24 horas por dia, durante todo o ano: o Disque Luiza, o Canal de Denúncias e o Canal da Mulher. O autor da denúncia pode ficar no anonimato ou se identificar, mediante garantia de sigilo. A apuração da reclamação

⁶ O Formulário de Referência (“FRE”) é um documento eletrônico obrigatório para companhias abertas no Brasil, regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Ele deve ser enviado periodicamente e contém informações detalhadas sobre a empresa.

transcorre em segredo, sempre que possível, e não é tolerado nenhum tipo de retaliação aos denunciantes.

Por meio do site do Canal de Denúncias, o público interno e externo pode realizar queixas de atitudes que vão contra o Código de Ética e Conduta da Companhia. Reformulado em 2023, o Canal de Denúncias passou a direcionar o autor da comunicação de acordo com o tipo de queixa: violações ao Código de Ética e Conduta, às leis e a políticas e procedimentos da empresa, e reclamações de produtos e entregas, site falso e violência contra a mulher.

Gerenciado por uma empresa terceirizada e independente que mantém as informações sob sigilo, o Canal de Denúncias registrou 781 chamadas ao longo de 2023, das quais 446 foram consideradas procedentes. O canal, auditado a cada três meses por uma organização externa, tem um tempo médio da análise das queixas de 10 dias. Entre as manifestações recebidas em 2023, 31 envolviam discriminação por motivo de raça, cor, gênero, religião, opinião política, origem nacional ou social. Dessas, 18 foram consideradas procedentes. No ano anterior, os registros somaram 14 casos. O crescimento pode ser creditado aos esforços de comunicação sobre o Canal. As medidas de reparação são baseadas na Política de Consequência do Manual de Integridade do Magalu.

Outro canal disponível para que todos os stakeholders possam encaminhar denúncias, de qualquer tipo, por telefone ou e-mail, é o Disque Luiza, que em 2023 recebeu 441 queixas, das quais 202 foram legitimadas.

Criado em 2017, o Canal da Mulher é voltado especificamente para atender as colaboradoras vítimas de violência doméstica. Qualquer um pode apontar anonimamente situações de risco que alguém esteja vivenciando, para que o fato seja apurado e a vítima receba auxílio da empresa. As manifestações são recebidas por uma companhia terceirizada, que repassa à área de Integridade de Companhia. O canal conta com um comitê interno, que discute todos os casos e cuida de seu encaminhamento até que a vítima consiga sair do ciclo de violência ou até que o agressor seja julgado pela Justiça. Durante o processo, são utilizadas ferramentas públicas, como a Delegacia Especializada de Atendimento à Vítima e redes municipais de suporte à mulher. O Magalu oferece também recursos às mulheres que precisam mudar de casa, a possibilidade de transferência de local de trabalho para que a vítima se distancie do agressor e auxílio-alimentação.

Divulgado para todos os colaboradores nos treinamentos, em 2023 o Canal da Mulher recebeu 172 manifestações, total próximo ao de 2022, com 170 registros. Todos os casos foram tratados e encaminhados. Quando necessário, a vítima recebeu assistência psicológica e orientação jurídica. Em 2021, o Canal da Mulher foi estendido ao público externo, por meio de um botão no aplicativo.

4.2 Condições de emprego e trabalho

4.2.a Condições de trabalho e gestão da relação com os trabalhadores

O Cliente conta com um total de 36.463 colaboradores, dos quais: i) 19.904 (54,6%) trabalham em lojas; ii) 8.842 (24,3%) trabalham em atividades logísticas; iii) 2.431 (6,7%) trabalham na sede corporativa; iv) 1.515 (4,1%) trabalham no atendimento ao Cliente; v) 1.367 (3,7%) trabalham no

setor de tecnologia, e vi) 2.404 (6,6%) trabalham em outras unidades de negócio. Deste total 18.616 (51,5%) são homens e 18.351 (48,5%) mulheres.

4.2.a.i Políticas e procedimentos de recursos humanos

O Magalu possui diversas políticas que tratam dos recursos humanos, incluindo: i) o Código de Ética e Conduta do Magazine Luiza; ii) a Política de Direitos Humanos e iii) a Política de Diversidade e Inclusão. Visando integrar todos os aspectos da gestão de recursos humanos, o Cliente preparará e implementará uma Política Corporativa de Recursos Humanos.

4.2.a.ii Condições de trabalho e de termos de emprego

A Companhia cumpre com a legislação trabalhista brasileira⁷ e oferece: remuneração compatível com os cargos, férias, 13º salário e pacote de benefícios (vale alimentação, transporte, seguro-saúde). Os horários de trabalho variam de acordo com os tipos de instalações, mas os típicos incluem: i) das 10 às 22 horas para lojas em centros de compra; ii) das 8 às 18 horas em lojas em ruas⁸; iii) das 8 às 18 horas em lojas virtuais e iv) em três turnos sequenciais de 8 horas em CDs⁹.

4.2.a.iii Sindicatos de trabalhadores

Nos termos da legislação brasileira¹⁰, os colaboradores do Magalu possuem liberdade de filiação a sindicatos que representam categorias específicas de trabalhadores. Cada categoria é regida por distintos sindicatos e acordos coletivos, que são devidamente respeitados, visando o bem-estar dos trabalhadores.

O Magalu se relaciona com mais de 477 sindicatos em todo o país, que defendem os interesses de trabalhadores no setor do comércio, movimentação de cargas, tecnologia da informação, dentre outros. Cada sindicato possui Acordos Coletivos de Trabalho (“ACT”) que estabelecem condições de remuneração, jornada de trabalho, benefícios, reajustes salariais e outras condições. O Cliente cumpre com os termos dos ACTs dos diversos sindicatos aos quais os trabalhadores estão filiados. No Brasil a filiação de trabalhadores a sindicatos é uma opção de livre escolha do trabalhador. Atualmente a Companhia possui 1.397 colaboradores sindicalizados. O Magalu não possui histórico de greves, paralisações ou manifestações relacionadas com assuntos trabalhistas.

4.2.a.iv Não discriminação e igualdade de oportunidades

A Companhia possui um arcabouço de ações que visam a promoção da diversidade e inclusão. As provisões do Magalu nessa área incluem: i) Código de Ética e Conduta; ii) treinamentos específicos voltados para a conscientização sobre os temas de gênero, raças e etnias, LGBTQIA+¹¹, pessoas com

⁷ Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”). Decreto Lei Nº 5.452 de 1º de Maio de 1943.

⁸ Existem algumas variações nos períodos de funcionamento das lojas, sempre respeitando o limite de 8 horas diárias de trabalho.

⁹ Nos CDs, o pessoal administrativo trabalha das 8 às 18 horas de segunda a sexta-feira e das 8 às 12 horas nos sábados. Os turnos de trabalho são utilizados pelo pessoal da área operacional.

¹⁰ Constituição Federal do Brasil. Artigo 8º. 1988.

¹¹ A sigla LGBTQIA+ é usada para incluir todas as pessoas que não se identificam como heterossexuais ou cisgêneros (identidades lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer ou questionadores, intersexuais etc.),

deficiências, vieses inconscientes e recrutamento inclusivo; e iii) programas específicos voltados para a inclusão profissional de gênero, LGBTQIA+, afrodescendentes, pessoas com deficiências, e maiores de 50 anos.

O time de cerca de 37 mil colaboradores do Magalu é um dos mais diversos do Brasil. Ele é formado 47,8% por mulheres, 45,7% por negros e 5,9% fazem parte da comunidade LGBTQIA+. Entre as lideranças, 39,5% são mulheres, 34,9% negros e 0,4% LGBTQIA+. Há iniciativas adicionais para a inclusão de profissionais com mais de 50 anos de idade. Há também, um programa de inclusão para PCDs, que formam 3,5% do quadro.

4.2.a.v Redução de pessoal

O Projeto não prevê demissões coletivas. No entanto, para o desligamento de pessoal o Cliente segue as diretrizes da legislação brasileira, que incluem, dentre outras medidas¹²: i) aviso prévio 30 dias antes do desligamento, durante o qual o empregado tem uma alocação de tempo para buscar uma nova oportunidade laboral; ii) pagamento de multa de 40% sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”); iii) direito do trabalhador de sacar o saldo do FGTS; iv) recebimento de parcela proporcional de férias; v) recebimento de parcela proporcional de 13º salário; vi) direito a receber o seguro desemprego por tempo determinado; vii) carta de recomendação; e viii) orientações para recolocação, dentre outros benefícios.

4.2.a.vi Mecanismo de reclamação

O Canal de Denúncias, gerenciado por uma empresa terceirizada e independente que mantém as informações sob sigilo, pode ser acessado por uma linha telefônica gratuita¹³ ou pela internet¹⁴. O público interno e externo pode realizar queixas de atitudes que vão contra o Código de Ética e Conduta da Companhia. Reformulado em 2023, o Canal de Denúncias passou a direcionar o autor da comunicação de acordo com o tipo de queixa: violações ao Código de Ética e Conduta, às leis e a políticas e procedimentos da empresa, e reclamações de produtos e entregas, site falso e violência contra a mulher.

Entre as manifestações recebidas em 2023 pelo canal, 31 envolviam discriminação por motivo de raça, cor, gênero, religião, opinião política, origem nacional ou social. Dessas, 18 foram consideradas procedentes e resolvidas oportunamente.

4.2.b Proteção da Mão-de-Obra

No Brasil, a sujeição de pessoas a condições de trabalho análogas ao regime de escravidão é considerada crime¹⁵. Em cumprimento às leis do país, a Companhia não tolera a contratação de trabalhadores em situação análoga à escravidão ou de menores de 16 anos, salvo na condição de

¹² Para casos de demissão sem justa causa.

¹³ 0800 792 1007.

¹⁴ <https://canalconfidencial.com.br/magazineluiza/>.

¹⁵ Código Penal Brasileiro. Decreto Lei Nº 2848 de 7 de dezembro de 1940. Art. 149.

aprendiz, tal como definida em legislação específica¹⁶. Além disso, o Código de Ética e Conduta da Companhia e o Código de Conduta de Fornecedores não permitem a contratação de fornecedores que fazem uso de trabalho escravo ou infantil.

4.2.c Saúde e segurança ocupacionais

Em cumprimento das normativas brasileiras¹⁷ para a área de saúde e segurança, o Cliente possui procedimentos e sistemas para a detecção, verificação e tratamento dos riscos de saúde e segurança, bem como para proteger os trabalhadores e terceiros contratados expostos a esses riscos.

O setor de saúde e segurança é coordenado por um gerente de saúde e segurança, ao qual estão vinculados dois coordenadores de saúde e segurança e um coordenador de segurança sanitária. Os coordenadores controlam as equipes de técnicos de segurança do trabalho, técnicos de enfermagem do trabalho, médicos do trabalho e engenheiros de segurança que atuam distribuídas nas diversas instalações da Companhia.

Considerando o universo de mais de 36.000 trabalhadores e mais de 174 milhões de horas trabalhadas no período entre 2022 e 2024, foi registrada uma fatalidade de colaborador próprio no trajeto ao trabalho e duas fatalidades de terceiros no ambiente de trabalho. Os dados de 2024 indicam: i) um total de 129 ferimentos registráveis relacionados ao trabalho; ii) 118 ferimentos com tempo perdido e iii) 4 acidentes com veículos.

Para aperfeiçoar a gestão de saúde e segurança, a Companhia integrará os procedimentos existentes em um Manual de Saúde e Segurança.

4.2.d Provisões para pessoas com deficiência

O Magalu desenvolve ações específicas para gerar oportunidades para as pessoas com deficiência, visando promover sua inclusão plena e garantindo os recursos necessários para o desempenho eficaz de suas funções. Isso envolve a concessão de recursos de acessibilidade em diferentes áreas, como arquitetônica, instrumental, comunicacional e metodológica, para proporcionar um ambiente inclusivo e acessível.

Além disso, o Magalu oferece benefícios exclusivos aos colaboradores com algum tipo de deficiência, como custeio do plano de saúde, subsídio para o benefício Gympass¹⁸ e bolsa de estudos. Adicionalmente, o Magalu investe em letramento de lideranças e equipes com o objetivo de sensibilizar e capacitar os gestores e colegas para promover a diversidade e a inclusão no

¹⁶ Lei Nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000.

¹⁷ As 37 Normas Regulamentadoras ("NRs") do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil ("MTE") são de atendimento obrigatório por parte dos empregadores. As NRs versam sobre temas como: i) gerenciamento de riscos ocupacionais; ii) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA"); iii) equipamentos de proteção individual ("EPI"); iv) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional; v) segurança em instalações e serviços em eletricidade; vi) transporte, armazenamento, movimentação e manuseio de materiais; vii) ergonomia; viii) trabalho em altura; ix) trabalho em espaços confinados, dentre outros.

¹⁸ O Gympass é uma plataforma de bem-estar corporativo que oferece acesso a uma ampla rede de academias e centros de atividades físicas em todo o mundo.

ambiente de trabalho, uma iniciativa que tem impacto positivo na cultura organizacional. Em 2023, o programa de inclusão alcançou 651 colaboradores. A participação de Pessoas com Deficiência (“PcDs”) chega a 3,5% do total de colaboradores da Companhia.

4.2.e Trabalhadores terceirizados

A aplicação dos princípios e dos valores do Magalu se estende à cadeia de fornecedores, parceiros e demais terceiros. Para se relacionar com a Companhia, eles devem assumir formalmente o compromisso de respeitar as diretrizes de probidade e transparência estabelecidas pela corporação.

O Magalu, juntamente com suas coligadas, investiu 33,2 bilhões de reais na aquisição de produtos e serviços em 2023. Trata-se de uma operação que demanda um escrutínio na seleção e no acompanhamento dos parceiros. São aproximadamente 4.700 fornecedores e 100% são submetidos à avaliação de integridade. Durante o processo de análise, são coletados dados e informações sobre o fornecedor, seus sócios e partes relacionadas, por meio de pesquisas realizadas em bases de dados públicas ou por empresas especializadas. O objetivo é avaliar o nível de risco da contratação.

Em 2023, o Magalu iniciou uma agenda de treinamento voltada para fornecedores para promover a compreensão e a adesão ao Código de Ética. Ao estabelecer ou renovar parcerias comerciais, o fornecedor deve assinar um documento anuindo ao Código de Conduta para Fornecedores, um conjunto de valores primordiais e expectativas mínimas da Companhia em relação a seus parceiros e que também serve para balizar ações e atitudes de todos os participantes do ecossistema. No documento estão traçados os compromissos e as diretrizes do Magalu, desde apoio à legislação brasileira, direitos humanos, relações trabalhistas e respeito ao meio ambiente, até questões relevantes, como combate à pirataria, concorrência justa, proteção da propriedade intelectual, gestão de conflitos de interesses, políticas sobre brindes, presentes e hospitalidades, proteção de informações confidenciais, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

Visando aperfeiçoar a gestão dos fornecedores, o Cliente desenvolverá um procedimento de inspeções aleatórias de fornecedores para assegurar o cumprimento dos requisitos de saúde, segurança meio ambiente e área social.

4.2.f Cadeia de abastecimento

A Companhia possui uma Política de Direitos Humanos alinhada às garantias fundamentais previstas na Constituição Federal do Brasil e aos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (“ONU”). Fazem parte dessa política documentos que orientam todos os colaboradores e parceiros que prestam serviço para o Magalu. Sempre que um fornecedor ou parceiro inicia ou renova o relacionamento com a Companhia é exigido que ele dê aceite a um documento que estabelece um compromisso com os requisitos de integridade e responsabilidade socioambiental.

O segmento de moda é uma das categorias de fornecedores com maior potencial de risco de violação de direitos humanos, sobretudo a relacionada ao trabalho infantil. Diante disso, o Magalu adota medidas como; i) a exigência da certificação da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (“ABVTEX”), que monitora todos os fornecedores e subcontratados no que se refere à segurança do

trabalho e à conformidade legal, ambiental e social, com auditorias anuais realizadas por empresas independentes; ii) o envio de comunicações de conscientização sobre o tema; iii) a exigência da aceitação do Código de Ética e Conduta da Companhia; e iv) a inclusão de cláusulas contratuais de responsabilidade social e trabalhista.

O Marketplace do Magalu¹⁹ atrai um conjunto diversificado de companhias, incluindo micro e pequenas empresas, as quais não possuem um vínculo direto de fornecimento com o Cliente. Nesta plataforma, o Magalu funciona como um intermediário nas transações e executa as entregas dos produtos oferecidos no Marketplace.

4.3 Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição

4.3.a Eficiência de recursos

Em 2023, o consumo de energia elétrica do Magalu alcançou os 476.248,28 Gigajoules²⁰ (“GJ”). A Companhia manteve seu compromisso de ter 100% de suas unidades abastecidas com energia renovável e expandiu seu parque de usinas solares para 20 unidades no modelo de geração distribuída, um aumento de 25% em relação a 2022.

Para atender as unidades que não podem participar de projetos de geração distribuída, o Magalu contratou energia de fonte eólica do ambiente de contratação livre e adquiriu certificados I-REC (International Renewable Energy Certificate). Esses certificados atestam que a eletricidade consumida é proveniente de fontes renováveis.

Nos próximos anos, o Magalu vai expandir ainda mais seus projetos de energia renovável. O objetivo é aumentar o número de unidades vinculadas a usinas solares, sejam elas dedicadas ao Magalu ou à geração compartilhada, feitas por meio de consórcios. Apesar da expansão do uso de energia renovável, o consumo total de energia elétrica no Magalu apresentou um ligeiro crescimento, de 3%, em relação a 2022 por causa da elevação da temperatura, decorrente dos efeitos de ondas de calor em algumas regiões. Com isso, a Companhia usou, por mais tempo e com maior potência, os equipamentos de refrigeração. Além disso, o indicador de intensidade energética — que mede o consumo de energia em relação à receita operacional líquida (“ROL”) do Magalu — subiu para 3,720 MWh/R\$ milhão em 2023, um aumento em comparação com os 3,547 MWh/R\$ milhão no ano anterior. Essa média considera o total de energia elétrica (Escopo 2) de todo o ecossistema, que engloba o Magalu e as empresas coligadas.

4.3.a.i Gases do efeito estufa

A Companhia realiza inventários de emissão de gases de efeito estufa (“GEE”) há cinco anos. Em 2023, as emissões de GEE da Companhia foram de: i) 13.133,22 tCO₂e para o Escopo 1; ii) 5.219,37 tCO₂e para o Escopo 2 e iii) 168.057,20 tCO₂e para o Escopo 3. O Magalu aderiu ao Programa

¹⁹ <https://universo.magalu.com/>.

²⁰ Aproximadamente 132,3 MWh.

Brasileiro GHG Protocol, e desde então, suas emissões de GEE — nos três escopos — são publicadas²¹.

No caso do Magalu, o impacto nas emissões de GEE concentra-se na logística de produtos (Escopo 3), com 90,1% do total. A maior parte das emissões do Magalu está associada às atividades de transporte e distribuição dos produtos vendidos, reflexo da complexidade e da extensão da cadeia logística da Companhia. As emissões diretas (Escopo 1) representam 7,1% e, embora menores, indicam a necessidade de uma gestão eficiente dos recursos operacionais e de controle das fontes de emissão dentro das próprias instalações e da frota. Em 2023, o Magalu registrou uma pequena elevação das emissões de Escopo 1 em razão do aumento das emissões relacionadas ao gás utilizado nos equipamentos de refrigeração. As emissões indiretas (Escopo 2), decorrentes da compra de energia, somam 2,8% do total.

O Cliente tem implementado diversas ações de descarbonização das suas atividades incluindo o aumento no uso de veículos elétricos para as entregas de produtos, foco no uso de energia solar para abastecer as suas operações, e iniciativas de economia circular, como o reuso e esforços para reduzir o consumo de matérias primas.

4.3.a.ii Consumo de água

Em 2023 o consumo total de água na Companhia foi de 578.000 m³. O Cliente realiza o monitoramento do consumo de água nos CDs e em 73% das lojas e há iniciativas para aumentar a cobertura das medições de consumo. Para aperfeiçoar a gestão e a eficiência no uso dos recursos hídricos, o Cliente i) incluirá sistemas eficientes de uso da água em projetos de novas instalações; ii) monitorará o consumo de água em todas as unidades operacionais; e iii) implementará medidas de eficiência no consumo de água nas unidades operacionais.

4.3.b Prevenção da poluição

4.3.b.i Resíduos

A Companhia gerencia os resíduos sólidos mediante Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS"). Os resíduos são segregados, armazenados temporariamente em áreas e contêineres adequados, transportados por empresas licenciadas, sendo dispostos em locais aprovados para o recebimento e destinação final de resíduos. Todo o sistema é documentado, incluindo o transporte, mediante os Manifestos de Transporte de Resíduos ("MTR") como a destinação final, mediante Certificados de Destinação Final de Resíduos ("CDF").

Em 2023 o Cliente gerou 15.608,4 t de resíduos sólidos, dos quais 15.509,7 t corresponderam a não perigosos e 98,8 t a perigosos. Os sistemas de controle e gerenciamento da Companhia conseguiram evitar o descarte de 11.757,7 t desses resíduos (75,3%) direcionando estes para reutilização, reciclagem ou envio para blindagem para coprocessamento, rerefino e descontaminação. Por

²¹ <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/3190>.

consequente, o volume de resíduos encaminhados para disposição final²² foram 3.850,7 t, dos quais apenas 9,47 t corresponderam a resíduos perigosos.

O Magalu também desenvolve estratégias de circularidade, transformando 14.274 uniformes descartados em 4.172 cobertores que são doados para instituições de assistência social. Os equipamentos eletroeletrônicos utilizados nas operações da Companhia são destinados a uma empresa especializada no reaproveitamento de materiais de TI. Há também uma preocupação com a sustentabilidade das embalagens. Entre 2022 e 2023 o volume de plásticos recicláveis em embalagens aumentou de 4% para 19%. Além disso, 79% da matéria-prima das embalagens é proveniente de fontes renováveis ou recicladas, como papel, bioplástico e plástico reciclado. Houve redução de 995 t do consumo de papel e papelão virgem e de 280 t no consumo de plástico virgem.

Em 5 CDs o Cliente opera Estações de Tratamento de Esgotos (“ETE”). Nas demais instalações (outros CDs, lojas e ECDs) os sistemas de esgotamento estão conectados à rede pública que capta e destina os efluentes para tratamento. O Magalu verificará a eficiência da remoção da demanda bioquímica de oxigênio (“DBO”) e apresentará laudos analíticos reportando a qualidade do efluente final.

4.3.b.ii Gerenciamento de materiais perigosos

Os CDs possuem áreas segregadas, com ventilação, cobertura e acesso controlado para o armazenamento de aerossóis.

Os principais tipos de resíduos perigosos gerados nas operações do Cliente incluem: i) água de bateria; ii) resíduos de caixas separadoras de água e óleo; iii) efluentes de oficinas; iv) estopas, panos e papéis contaminados; v) lâmpadas; vi) óleos lubrificantes; vii) produtos avariados e devolvidos; viii) resíduos de ambulatórios; ix) baterias; e x) equipamentos de proteção individual (“EPI”) e uniformes contaminados. Os resíduos perigosos são segregados em áreas e contêineres protegidos, transportados e dispostos por empresas licenciadas. Em 2023 foram geradas 98,8 t de resíduos perigosos.

Parte dos sistemas de ar-condicionado da Companhia ainda utilizam o gás de refrigeração R22. Este gás, também conhecido como Freon-22, é um hidroclorofluorcarbono (“HCFC”) utilizado em sistemas de refrigeração e é banido pelo Protocolo de Montreal²³. O Cliente elaborará um Plano para a substituição gradual do R22 nos sistemas de refrigeração.

²² Aterro sanitário ou incineração.

²³ O Protocolo de Montreal é um tratado internacional assinado em 1987, com o objetivo de proteger a camada de ozônio da Terra. Ele regula a produção e o consumo de substâncias que destroem o ozônio, conhecidas como substâncias que destroem a camada de ozônio (“ODS”). Essas substâncias eram comumente usadas em produtos como refrigeradores, condicionadores de ar, extintores de incêndio e aerossóis. O tratado é considerado um dos mais bem-sucedidos acordos ambientais globais, pois conseguiu a adesão universal de todos os países membros das Nações Unidas.

4.3.b.iii Uso e Manejo de pesticidas

O Cliente não comercializa pesticidas. Porém as atividades de controle de pragas e vetores em instalações da Companhia poderiam incluir o uso de produtos banidos. Para eliminar este risco, o Cliente preparará um procedimento de verificação dos produtos utilizados nas atividades do controle de pragas, vetando o uso de pesticidas das Classes IA e IB da Organização Mundial de Saúde (“OMS”).

4.4 Saúde e segurança da comunidade

4.4.a Saúde e segurança da comunidade

4.4.a.i Elaboração e segurança da infraestrutura e dos equipamentos

Os principais riscos associados com as instalações físicas da Companhia são incêndios. Estes são gerenciados mediante a implantação de sistemas de detecção e combate a incêndios, contratação de equipes fixas de bombeiros civis e formação de times de brigadistas. Os sistemas de incêndio são vistoriados e aprovados pelo Corpo de Bombeiros. Contudo, a fim de aperfeiçoar a sua capacidade de responder a esses eventos e prevenir impactos junto às comunidades vizinhas, o Cliente realizará uma análise de vulnerabilidade dos sistemas de detecção e combate a incêndio em CDs com base em normas internacionais e implementará as melhorias necessárias.

As obras de expansão da infraestrutura, como a construção de CDs e lojas pode trazer algum incômodo temporário a vizinhos, mas considera-se esse risco como menor, já que a localização da infraestrutura está concentrada em zonas comerciais ou industriais, onde não há residências.

O conjunto de atividades logísticas envolvendo o transporte e entrega de produtos para lojas, CDs, ECDs e para os clientes enfrenta os riscos inerentes ao tráfego em grandes cidades e em rodovias de diversos portes e tipos. Além de frota própria com mais de 8.000 veículos, o Magalu trabalha com cerca de 11.000 motoristas freelancer que realizam entregas. Por conseguinte, um aspecto importante no processo de gestão de riscos e impactos sociais e ambientais do Projeto é a gestão dos riscos de acidentes de veículos, que podem envolver: i) motoristas colaboradores diretos; ii) motoristas freelancer; iii) veículos de terceiros; e iv) transeuntes. Para gerenciar esses riscos o Cliente desenvolverá um Sistema de Gerenciamento de Tráfego com base na Norma ISO 39.001-2012²⁴.

4.4.a.ii Gestão e segurança de materiais perigosos

O Cliente possui sistemas adequados para o armazenamento, transporte e destinação adequada de produtos e resíduos perigosos. Por conseguinte, os eventuais riscos de exposição de membros da comunidade a produtos e resíduos perigosos são considerados não materiais.

²⁴ A Norma ISO 39001 é um padrão internacional que estabelece os requisitos para um sistema de gestão de segurança viária. Seu objetivo é ajudar organizações a reduzir mortes e lesões graves decorrentes de acidentes de trânsito.

4.4.a.iii Serviços do Ecossistema

As atividades do Magalu, desenvolvidas em ambientes urbanos e periurbanos, não afetam serviços ecossistêmicos, excetuando a captação de água em poços artesianos para abastecimento das unidades. Visando otimizar a demanda de água, o Cliente implementará uma série de medidas incluindo: i) medição do consumo de água nas unidades; ii) inclusão de medidas de redução de consumo no projeto de novas unidades; e iii) implementação de medidas para a redução de consumo de água na infraestrutura existente.

4.4.a.iv Exposição da comunidade a doenças

As atividades do Cliente não apresentam maiores riscos de introdução de doenças nas comunidades vizinhas.

4.4.a.v Preparação e resposta a emergências

No âmbito do Plano de Engajamento de Partes Interessadas, o Cliente estabelecerá contatos com as comunidades vizinhas e comunicará sobre as medidas previstas para evitar riscos e impactos, incluindo o PAE. Em unidades em que os cenários do PAE indiquem algum risco para as estas comunidades, representantes comunitários serão envolvidos nos simulados de emergências.

4.4.b Pessoal de segurança

A infraestrutura do Cliente armazena uma série de produtos com valor econômico, o que pode atrair a atenção de criminosos e eventuais confrontos com as forças de segurança, especialmente em CDs. Para controlar os riscos de uso excessivo da força, o Cliente preparará e implementará um Manual de Gestão das Forças de Segurança e treinamentos nos Princípios Voluntários de Segurança e Direitos Humanos das Nações Unidas, para o pessoal da segurança.

4.5 Aquisição de terra e reassentamento involuntário

O Projeto não envolve ações que possam gerar o reassentamento involuntário físico ou econômico da população.

4.6 Conservação da biodiversidade e gestão sustentável de recursos naturais vivos

O Projeto é integralmente desenvolvido em áreas urbanas e periurbanas e não afeta unidades de conservação, habitats críticos ou outros ativos de biodiversidade.

4.7 Povos indígenas

O Projeto é integralmente desenvolvido em áreas urbanas e periurbanas e não afeta comunidades indígenas, quilombolas ou vulneráveis.

4.8 Patrimônio Cultural

4.8.a Proteção do patrimônio cultural na elaboração e execução do projeto

Algumas lojas do Cliente estão em edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico. Nestes imóveis, toda e qualquer modificação é submetida previamente ao órgão governamental responsável pela gestão do Patrimônio Histórico e Cultural, que avalia as informações e autoriza a intervenção. O Cliente se compromete a realizar apenas as intervenções aprovadas e apresentará a documentação e as autorizações de intervenção nesses edifícios.

4.8.a.i Procedimentos em caso de descobertas aleatórias

Dadas as características dos locais de instalação da infraestrutura do Cliente, em áreas urbanas consolidadas ou distritos industriais ou comerciais, considera-se remota a possibilidade de achados arqueológicos fortuitos.

5. Acesso local à documentação do projeto

A documentação relativa ao projeto pode ser acessada neste link: <https://ri.magazineluiza.com.br/>.